

ARQ-
ESCRAVIZADA

O CUIDADO ÀS CRIANÇAS PEQUENAS NO BRASIL ESCRAVISTA

Maria Vittoria Pardal Civiletti

Quem me dera lembrar da teta negra de
minh'ama de leite... ("Infância", Manuel
Bandeira, 1886-1968).

Até 1888 a questão da creche emergirá como fruto da relação figura/fundo
mulher branca/mulher negra. Sendo a nossa unidade de trabalho textos de época,
serão feitas citações que, ressuscitadas, algumas vezes falarão por si mesmas.

MENTALIDADE A RESPEITO DA FUNÇÃO MATERNA E DA FAMÍLIA

Em fins do século XIX, os índices de mortalidade infantil eram naturalmente
mais alarmantes do que os atuais e foram alvo de estudo dos higienistas do
Segundo Império. Entre 1845 e 1947, o Dr. Haddock Lobo observava que 51,9%
da mortalidade total era de crianças de 1 a 10 anos de idade (Costa, 1979, p.
162). A morte da criança não era entretanto vivenciada com muito sofrimento,
devido à identificação da criança morta como o "anjinho, puro e ainda intocado
pelo pecado". Luccock, comerciante inglês que esteve cerca de dez anos no
Brasil, entre 1808 e 1818, relatou a seguinte cena:

*Em uma das ocasiões foi ouvida uma mãe, que assim se exprimia: "Ó como
estou feliz! Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos.
Que feliz estou. Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu,
nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me
rodear e a puxar-me pela saia exclamando: "Entra Mamãe, entra!" Ó que
feliz que sou!", repetiu ainda, rindo a grande. Se isso fosse um exemplo
isolado de sentimentos maternos estranhos, poderia ser considerado efeito
de um desvio mental passageiro; o caso, porém, é que a satisfação em tais
momentos é geral demais, e por demais ostensiva, para que deixe lugar à
desculpa dessa espécie. (Luccock, 1975, p. 80)*

A conotação angelical da criança era válida tanto para brancos quanto para
negros. Se a mortalidade era alta entre as crianças brancas, o que dizer das
condições de sobrevivência das negras? A escrava parturiente retornava

Civiletti, Maria Vittória Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista.
Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 76, p. 31-40, jul. 1991

geralmente ao trabalho em cerca de três dias. Adalberto da Prússia relata visita a uma senzala em 1842:

Uma negra estava deitada em sua esteira de junco amamentando o seu negrinho a quem dera à luz a noite anterior. 'Dentro de dois dias voltará ao trabalho', disse o Doutor ao Conde de Bismark, a quem devo este relato (...). (Adalberto da Prússia, 1977, pp. 85-86)

Já em 1822, José Bonifácio colocava, no art. 18 de seu projeto de lei, uma "Representação à Assembléia Nacional Constituinte do Brasil sobre a Escravatura":

A escrava durante a prenhez, e passado o 3º mez, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no 8º mez só será ocupada em casa, depois do parto terá um mez de convalescença, e passado este, durante um ano não trabalhará longe da cria. (apud. Moncorvo Filho, 1926, p. 80)

A julgar pela data do relato do príncipe Adalberto (1842), o projeto de lei de José Bonifácio não foi colocado em prática.

Para sobreviver, portanto, a criança escrava era incorporada ao trabalho da mãe. Walsh, que esteve no Brasil entre 1828 e 1829, descreve, nas proximidades de Irajá:

Em um grande terreno lavrado, no meio deste anfiteatro verde, estavam de oitenta a cem negros dos dois sexos; alguns deles com bebês amarrados nas suas costas em fila cavando a terra com enxadas para plantio. (Walsh, apud Mott, 1979, p. 60).

Outros viajantes também falam do hábito das negras amarrarem os filhos às costas a fim de conciliar o trabalho com os cuidados à criança. Kidder, entre 1873 e 1840, descreve esse hábito entre as lavadeiras das Laranjeiras, Ewbank, em 1846, aponta-o entre as vendedoras e as oleiras.

Nesta fazenda fazem-se tijolos e telhas em grande quantidade. Sob um telheiro estavam negras jovens e maduras, quase completamente nuas, só com uma tanga e algumas com crianças presas às costas, inclinadas sobre bancos e pondo o barro em moldes, e tendo os braços e as pernas cobertas e as faces marcadas por ele. (Ewbank, 1976, p. 80)

Sá de Oliveira publicou em 1895 um trabalho sobre os efeitos das condições de trabalho do negro, em seu desenvolvimento físico. Sobre o hábito de atar por longos períodos as crianças às costas, diz:

(...) vêem mais tarde os seus filhos ficarem com as pernas defeituosas, arqueadas, de modo que, tocando-se os pés, formam uma elipse alongada. (Sá de Oliveira, 1895, *apud* Freyre, 1975, p. 359)

O hábito de levar os filhos às costas durante viagens ou pequena parte do dia era amplamente utilizado na África, como também entre nossos índios. As deformações encontradas por Sá de Oliveira, portanto, eram fruto de uma deturpação de um hábito cultural preexistente. Esse autor detectou também uma grande incidência de achatamento da região occipital do crânio, devido ao hábito das mães deixarem as crianças deitadas todo o dia, que era o caso das escravas que não as podiam levar às costas.

Brandão Júnior refere-se a uma invenção engenhosa de um fazendeiro do Maranhão, que obrigava as escravas a deixarem seus filhos, crianças ainda de mama, no tejupabo – buraco cavado na terra onde a criança era colocada até a metade do corpo. (*apud* Freyre, 1975, p. 359)

O destino dos filhos das escravas escolhidas para servir como amas-de-leite era muitas vezes a Roda. Tratar-se-á especificamente da questão mais adiante.

A criança escrava que freqüentava a casa-grande desfrutava melhores condições de vida, tendo mesmo alguns viajantes descrito sua relação com o senhor como afetuosa. Para Debret, entretanto, as crianças eram consideradas como espécie de bichinhos domésticos (Debret esteve aqui entre 1816 e 1831):

(...) os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto da dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas forças na esteira da criada (...). (Debret, 1978, p.185)

No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o 'tête-à-tête' de um jantar conjugal que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos que substituem os doguezinhas, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses molecotes, mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habitam assim a compartilhar com eles as fadigas e dissabores do trabalho. (Debret, 1978, v.1, p. 185)

Mott (1979) detectou que, nos relatos dos viajantes, a idade de 5 a 6 anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. De 6 a 12 anos ela aparece desempenhando alguma atividade, geralmente pequenas tarefas auxiliares. Dos 12 em diante as meninas e meninos escravos eram vistos como adultos, no que se refere ao trabalho e à sexualidade. Rugendas, entre 1821 e 1825, relata, referindo-se às fazendas do clero:

(...) até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos ou cuidam dos animais e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças e os rapazes são encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe este ensinado, a fim de que o pratique na próxima fazenda. (Rugendas, 1976)

A partir dos seis anos iniciava-se, para o menino branco, o aprendizado do latim, da gramática, das boas maneiras, nos colégios religiosos. A vara de marmelo e a palmatória se incumbiam de transformar o antigo “anjinho” numa miniatura de adulto precoce. Dr. Rendi, médico francês que visitou o Brasil em princípios do século XIX, assustou-se com a precocidade dos meninos. Em seus *Études topographiques, medicales et agronomiques sur le Brésil*, assinala:

Aos sete anos o jovem brasileiro já possui a gravidade de um adulto; ele passeia majestosamente, uma bengala na mão, orgulhoso de um vestuário que faz com que se pareça mais com as marionetes de nossas feiras que com um ser humano. (2)

Fletcher, vinte e poucos anos depois, compartilha da mesma opinião a respeito do menino brasileiro:

ele se torna um homenzinho velho antes de ter doze anos de idade, com seu chapéu preto cerimonioso, colarinho duro, e na cidade anda como se todos estivessem olhando para ele e como se estivesse envolvido por um espartilho. Ele não corre, pula ou atira pedras como os meninos da Europa ou da América do Norte.(3)

Pode-se notar que a mentalidade a respeito da infância no Brasil, durante o período escravista, em muito se aproxima da descrição feita por Ariès (1879) e Badinter (1985), da situação da criança na França no Antigo Regime. Logo após um primeiro período de extrema fragilidade, marcado pelos altos índices de mortalidade e pouco investimento afetivo, a criança é incorporada ao mundo adulto. A estranheza demonstrada por Rendu e Fletcher em meados do século XIX indica que, por esse período, uma nova mentalidade a respeito da infância já se havia implantado na Europa.

(2) À sept ans le jeune brésilien a déjà la gravité d'un adulte; il se promène majestueusement, une bandine à la main, fier d'une tiolette qui le fait plutôt ressembler aux marionettes de nos foires qu'à un être humain (Rendu, apud Freyre, 1975, p. 411).

(3) He is made a little old man before he is twelve years old of age, having his stiff black hat, standing collar and in the city he walks as if everybody were looking at him and as if he were encased in corset. He does not run or jump or play hoops or throw stones as boys in Europe and North America (Fletcher, apud Freyre, 1975, p. 411).

Cabe salientar as diferenças encontradas entre a criança negra e a criança branca e entre meninos e meninas.

Na primeira infância, até os 6 anos, a criança branca era geralmente entregue à ama-de-leite. O pequeno escravo sobrevivia com grande dificuldade, precisando para isso adaptar-se ao ritmo de trabalho materno. Após esse período, brancos e negros começavam a participar das atividades de seus respectivos grupos. Os primeiros, dedicando-se ao aprimoramento das funções intelectuais, e os segundos, iniciando-se no mundo do trabalho ou no aprendizado dos ofícios.

Se, para o "anjinho", naturalmente assexuado, era irrelevante ser menino ou menina, após os seis anos apenas os meninos freqüentarão os colégios ou aprenderão um ofício. As referências à mesma negra salientam apenas sua sexualidade. Schlichthorst descreve, em 1825-1826:

Doze anos é a idade em flor das africanas. Nelas há, de quando em quando, um encanto tão grande que a gente esquece a cor. As negrinhas são geralmente fornidas e sólidas, com feições denotando agradável amabilidade e todos os movimentos cheios de graça natural, pés e mãos plasticamente belos. Lábios vermelho-escuros e dentes alvos e brilhantes convidam ao beijo. Dos olhos se irradia um fogo tão peculiar e o seio arfa em tão ansioso desejo que é difícil resistir a tais seduções. Até o digno Clapperton muitas vezes compartilhou as mesmas sensações que me assaltavam no momento, sem disso se envergonhar. Por que deverei eu me deixar influenciar pela soberba européia e negar um sentimento que não se originava em baixa sensualidade, mas no puro agrado causado por uma obra-prima da criação? A menina que se achava à minha frente era, a seu modo, uma dessas obras-primas da criação, e para ela eu me podia servir das palavras em inglês: a beautiful negro lady. (4) (Schlichthorst, 1943, p. 203-4)

O aspecto materno da condição feminina durante esse período não possuía uma valorização social especial, já que seu objeto, a criança pequena, também não a tinha. Cabia à criança apenas vencer o desafio de sobreviver, para ser, logo que possível, incorporada ao mundo adulto. Essa situação se transformará a partir do momento em que a criança e a mãe entram na mira do movimento higienista.

Analisar-se-ão a seguir dois aspectos específicos relativos à situação da primeira infância: a Roda e sua relação com a questão da amamentação.

(4) Uma bela dama negra.

A RODA DOS EXPOSTOS

A Casa dos Enjeitados, Casa dos Expostos, Casa da Roda ou, simplesmente, Roda existia em quase todos os países do mundo nos séculos XVIII e XIX. Lallemand, em 1885, escreveu um histórico do atendimento à infância abandonada desde o antigo Egito, além de realizar um levantamento sobre a situação deste atendimento nos cinco continentes, na época. Acusa a existência de Casas dos Enjeitados em quase todos os países da América do Sul, dentre eles o Brasil. Segundo Lallemand, a primeira Casa dos Expostos existente em nosso país foi fundada pelo vice-rei, em 1726, em Salvador. O nome Roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. Trata-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno de um eixo vertical. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja entregar um recém-nascido, ela avisa à pessoa de plantão tocando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior.

Em 1738, Romão Mattos Duarte funda a Casa dos Expostos do Rio de Janeiro. Em 1882, ao apresentar o atendimento realizado no Brasil à infância abandonada no *Congrés Internacional de la Protection de l'Enfance*, Araujo (1883) acusa a existência de Rodas em quase todas as províncias brasileiras.

As crianças entregues à Roda eram geralmente encaminhadas para famílias que as criariam mediante pagamento da instituição. Teoricamente, dos 13 aos 18 anos os expostos receberiam das famílias um salário para trabalhar, e os que fossem devolvidos à Casa da Roda iriam, no caso dos meninos, para o Arsenal de Guerra, a Escola de Aprendizes Marinheiros (fundada Governo em 1873) ou para as oficinas do Estado. As meninas iriam para o recolhimento das órfãs, até saírem casadas (apud Cony, s.d.).

Na realidade, porém, os índices de mortalidade eram enormes e pouco se sabia do destino dos sobreviventes, como se pode perceber pela fala de D. Pedro I à Assembléia Constituinte de 1823:

A primeira vez que fui à "Roda dos Expostos", achei, parece incrível, sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze annos tinham entrado perto de doze mil e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde ellas se acham (...) (apud Moncorvo Filho, 1926, p. 36).

Os usuários da Roda eram basicamente os filhos das escravas. Estas muitas vezes a utilizavam na tentativa de livrá-los da escravidão. Para tal, qualquer estratégia era válida, incluindo a morte. Walsh, segundo Mott (1979), nos relata, nos anos de 1828-1829:

Esse horror à escravidão é tão grande, que eles não só se suicidam como também matam seus filhos para escapar dela. As negras são conhecidas como sendo ótimas mães (...) mas este mesmo amor freqüentemente as leva a cometer infanticídio. Várias delas, sobretudo as negras Minas, têm a maior aversão e ter filhos e provocam aborto, precavendo-se, assim, contra o desgosto de dar a vida a escravos.

Dentro deste contexto, colocar o filho na Roda representava uma esperança.

A Roda recebia crianças de qualquer cor e preservava o anonimato dos pais. A partir do alvará de 31 de janeiro de 1775, as crianças escravas colocadas na Roda eram consideradas livres (Mott, 1979). Na prática, contudo, isso nem sempre acontecia. Maria Graham narra em 1821-1823:

Fui ao asilo de órfãos que é também o hospital dos expostos. Os rapazes recebem instrução profissional em idade adequada. As moças recebem um dote de 200 mil réis que, apesar de pequeno, as ajuda a estabelecerem-se e é muitas vezes acrescido por outros fundos (...) Dentro de pouco mais de nove anos foram recebidas 10.000 crianças: estas eram dadas a criar fora, e de muitas nunca mais houve notícias. Não talvez porque todas tinham morrido, mas porque a tentação de conservar uma criança mulata como escrava deve, ao que parece, garantir o cuidado com sua vida (...). (Graham, 1956, p. 345)

A Roda era também amplamente utilizada pelos proprietários que não queiram se responsabilizar pelos encargos da criação da prole de seus escravos. Livrar-se do pequeno estorvo era tão mais importante quanto se desejasse da escrava um trabalho que tornasse incompatível a manutenção do filho junto a si. Esse era sem dúvida o caso da polêmica prática do aluguel da ama-de-leite.

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1975), atribui à herança portuguesa o hábito das mães ricas não amamentarem seus filhos. Enquanto em Portugal essa função era delegada a mulheres mais humildes, no Brasil coube às escravas negras amamentar as crianças brancas. A partir da Segunda metade do século XIX, essa prática tornou-se alvo de violentas críticas, principalmente, por parte dos médicos higienistas. Um belo exemplo de propagação das idéias abolicionistas junto ao público feminino é o folheto "A Mãe Escrava", publicado de novembro de 1879 a maio de 1880 no jornal *A Mãe de Família* e assinado por Solrac (as citações que se seguem foram retiradas dessa publicação):

Vamos referir a historia de uma mãe escrava, história que infelizmente tantas vezes se reproduz e que é a origem de muitas desgraças domésticas sociais. (nov.1879, p. 165)

O conto começa com a descrição de um palacete:

*Em todos os mezes eram abertos os seus salões para bailes, concertos, representações teatrais, etc., etc. (...) Vamos penetrar no interior do palacete do Sr. T., em uma noite em que em seus salões reina a alegria, imperam a beleza natural e a do **carmim**, pó de arroz, etc.(...). (nov. 1879, p. 174, grifado no original)*

Na senzala, Clara, uma jovem escrava, tinha seu primeiro filho. Tendo tido problemas no parto, outra escrava, Rosaura, chama os senhores na festa. A Sra. T., irritada por ter sido solicitada ao quarto da parturiente, trava com Clara o seguinte diálogo:

— Bem — Voltando-se para Rosaura, disse: Diga ao cocheiro que leve esta criança para a Roda... Clara ergueu-se e pôz-se de joelhos na cama — Nhã-nhã, é meu primeiro filho, me deixe comigo — Já disse. A Sra. T., ao proferir, ia sahindo. (nov. 1879, p. 174)

Clara desmaiou e a Sra. T. voltou para a festa. A escrava é então alugada como ama-de-leite para um casal bondoso, cujo marido havia recolhido uma pequena enjeitada na Roda. O Sr. C. entrega a Clara duas crianças para serem amamentadas, deixando claro entretanto que: “Clara, has-de dar de mamar a minha filha de 2 em 2 horas e à outra 3 vezes por dia” (jan. 1880, p. 7). A escrava, comovida com a visão da negrinha que lhe lembrava sua filha, chora muito. Por insistência dos amos, conta o que houve, e o Sr. C. acaba descobrindo que o “feliz acaso reunia sob o seu teto a mãe e a filha”. A Sra. C., entretanto; “quis guardar o silêncio em relação a Clara para que a **amamentação de sua filha nada sofresse**”.(fev. 1880, p. 23, grifado no original)

A desconfiança de Clara de ser a criança negra sua filha leva-a a dedicar-se muito à menina, em detrimento da criança branca. A Sra. C., percebendo isto, afasta a criança negra da casa, alugando uma escrava para cuidar dela. Clara revolta-se profundamente, o que chega ao conhecimento do Sr. C., que tem, uma discussão com a mulher:

Mas estás louca, minha filha, disse o Sr. C., pois tu não és mãe? Não comprehendes que não se podem sufocar sentimentos d’essa ordem! Não comprehendes também que assim sacrificastes o nosso socego e a saúde de nosso filho!

E agora o que fazer?

Negros são sempre negros, respondeu a Sra. C. Não duvido que ella estime seu filho; mas também agora são exagerações; porque talvez espere algum beneficio... O melhor é fallar com a senhora que não é de graças e ella lhe fará chegar a ordem. (mar.1880, p. 47)

O conto tem um final dramático. Clara, desesperada, foi procurar um feiticeiro para descobrir onde estava a filha. “O que passou, bem podem avaliar

todos os que conhecem a malvadez estúpida e a credulidade fanática dos africanos" (maio 1880, p. 179). O Pai Quilombo aconselha Clara a envenenar nhô-nhô e fugir com sua filha. "*seu coração naturalmente bom arredou-a d'esse infame propósito*" (maio 1880, p. 79). Clara no entanto foge, acaba encontrando a filha e, fora de si, suicida-se junto a ela.

*O que devemos acrescentar a esta história de todos os dias?
É que a nuvem negra que empana o brilho do sol de nossa Pátria só poderá dissipar-se com o sôpro benéfico da **Emancipação dos escravos!*** (maio 1880, p. 79, grifado no original)

O tom abolicionista do conto garante o final autodestrutivo da escrava, que não mata nhô-nhô, ao mesmo tempo que apavora as senhoras o suficiente para os riscos que envolvem as amas-de-leite.

A crítica dos higienistas à utilização da Roda e das amas-de-leite tinha um objetivo claro: reformular a conduta das mulheres das classes abastadas em face dos filhos. Recriminar as mães inconscientes que "esquivando-se ao cumprimento da nobre e sublime tarefa a ellas imposta pela natureza" entregavam os filhos a outras mulheres.

(...) sem educação, de hábitos péssimos; as escravas, mesmo tendo em sua companhia seus próprios filhos, não obstante a mais solícita vigilância, maltractão os recém-nascidos que lhes são entregues para criar apresentando além disso o grande inconveniente de inculcar maos hábitos nas crianças confiadas aos seus cuidados. (Azevedo, 1873, p. 67)

Por trás da crítica à colocação do pequeno escravo na Roda,

(...) a fim de que o ambicioso e despótico senhor obtenha pela escrava-ama um salário maior depois de pretender negar-lhe até o instinto da maternidade, que a natureza implantou nos próprios irracionais (...) (Azevedo, 1873, p. 67)

encontramos a preocupação com a conduta das famílias abastadas, verdadeiro objetivo da filantropia higiênica. Zamith nota, em 1869:

*Há um fato muito conhecido entre nós, e é o seguinte: há certos senhores que tem o costume de mandar pôr os filhos de suas escravas na roda para que obtenham melhor aluguel. Este fato, **que parece à primeira vista de pouca importância**, influi sobremaneira no moral da escrava, de modo que ela com a lembrança do filho nunca poderá nutrir bem outra criança. Algumas há que apesar de terem consigo o seu filho, maltratam a criança que têm obrigação de criar, porque foram alugadas ou servem contra a vontade. E não obstante toda a vigilância que as mães empregam, elas não cuidam das crianças como devem.* (Zamith, apud Costa, 1979, p. 167, grifo meu)

Através da denúncia dos efeitos deletérios da ama negra sobre a criança, os higienistas iniciam uma cruzada em prol da reeducação física, moral e intelectual da mãe burguesa. O resultado desta campanha educativa foi a instauração do ideal da mulher-mãe, tão bem descrito e analisado por Costa (1979).

Se a Lei do Ventre Livre (1871) provocou uma pequena diminuição no número de expostos, após a abolição a quantidade de crianças colocadas na Roda cai vertiginosamente. No *Jornal do Comércio* de 2 de julho de 1899, o Dr. Pires de Almeida assina um artigo sobre “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro”, onde apresenta um quadro no movimento da Casa dos Expostos desde sua fundação (1738) até a data do artigo (1899). Nestes 161 anos, a Misericórdia atendeu a 42.937 enjeitados. De 1738 a 1763 encontramos uma média de 46,3 crianças por ano. De 1763 a 1810, 131; de 1810 a 1863, 295,7; de 1836 a 1871, 562,5; de 1871 a 1888, 399,1; e finalmente, de 1888 a 1889, a Roda atendeu a 124,9 crianças por ano em média. Podemos, portanto, verificar que o período de maior utilização da Roda foi de 1836 a 1871. A queda observada após esta data deve-se provavelmente à Lei do Ventre Livre e a campanhas abolicionistas, como a desenvolvida pelo citado conto de Solrac (1879). É somente, porém, com a Abolição que esta prática entra em franco declínio.

CONTROVÉRSIA SOBRE A MAMADEIRA

As críticas às amas-de-leite desembocam numa nova e polêmica discussão – a dos perigos e benefícios do uso da mamadeira. A julgar pelo desacordo dos médicos na época, as mães da virada pelo século viveram uma profunda confusão a respeito de como melhor alimentar seus bebês.

Azevedo (1873) justifica a necessidade da utilização do aleitamento artificial direto – em fêmeas de animais e sobretudo fêmeas humanas – pela dificuldade de conservação do leite no clima quente. O autor invoca, porém, às mães “*que somente entreguem seus filhos e amas mercenárias quando lhes for absolutamente impossível alimentá-las com seu próprio leite*” (Azevedo, 1873, p. 68).

Em 1875 parece surgir uma solução para o problema da conservação do leite. Henrique Nestlé, químico de Vevey, na Suíça, introduz no Brasil a farinha láctea (Nestlé, 1875). A Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro, presidida pelo Barão do Lavradio, fornece, naquele ano, parecer favorável à introdução do produto no mercado. Em sua defesa, a Nestlé utiliza argumentos pouco comuns num Brasil escravista.

Uma das principais causas da grande mortalidade das crianças de peito é a nutrição insalubre.

Nos primeiros meses o leite da mãe será sempre a alimentação mais natural, e toda a mãe deve amamentar seu filho por si mesma, no caso de o poder fazer; fazendo-se substituir por uma ama-de-leite, ella não somente falta ao seu dever, mas também obriga a proceder da mesma forma aquella que abandona o seu próprio filho para amamentar o de outrem. Confiar um filho a uma pessoa estranha, cujo procedimento nos não é bem conhecido, é aventurar muito, e bastantes vezes recebe o menino o germen de numerosas moléstias como o leite de sua mãe mercenária. Sob o ponto de vista christão, não é admissível que o filho do pobre seja preterido pelo filho rico (...)
(...) Deve-se, pois, procurar uma alimentação própria para a cria quando falta o leite da mãe. (Nestlé, 1875, p.1)

A farinha láctea é composta de leite em pó e pó de pão torrado. Mistura-se com água imediatamente antes de tomar.

O folheto segue com depoimentos de vários médicos estrangeiros elogiando a farinha láctea e a contribuição da Nestlé para acabar com o “peito alugado” das amas-de-leite. Um dos testemunhos é do Dr. Fridenger, diretor da maternidade e do asilo de enjeitados de Viena, que a estava utilizando com os expostos, com sucesso.

Para que a farinha láctea tivesse aceitação no Brasil, entretanto, era indispensável que a mamadeira, veículo através do qual ela seria administrada, fosse também aceita.

Em março de 1882, o periódico *A Mãe de Família* publica o artigo “As Mamadeiras Envenenadas”. Uma vez que sempre haveria uma percentagem de mães que não poderiam amamentar, e considerando-se as severas críticas de que o aleitamento mercenário era alvo, a mamadeira constituía uma opção. O dito periódico situa em 1782 a primeira invenção de um aparelho parecido com a mamadeira, por um médico italiano, onde um vaso servia de seio e a esponja fazia o papel de bico. O artigo é enfático a respeito dos perigos com a falta de higiene na utilização da mamadeira. Alerta as mães a fervê-la e informa que, de cada quatro crianças alimentadas artificialmente, morre pelo menos uma e as outras arriscam-se a ficar raquíticas, sendo a causa mais provável a mamadeira.

Um ano depois, um março de 1883, o mesmo periódico publica outro artigo sobre o assunto intitulado “A Mamadeira”. Nele, define-se veementemente como auxiliar para o desmame e como substituta para a ama-de-leite:

Esta maneira de criar, que chamarei e amamentação razoável ou amamentação mixta e que lamento não ver mais geralmente adaptada, permitira, creio eu, a um grande número de senhoras criar seus filhos, e com grande vantagem para sua própria saúde.

Reconhece, entretanto, que há muito preconceito contra esta idéia na época. “Há poucos dias ouvi um colega meu dizer: “Todas as vezes que encontro uma mamadeira em casa dos meus clientes, atiro-a à rua”.” O artigo termina dizendo:

*Que todas as mãis, que todas as amas me ouçam: que cessem de ter **horror a mamadeira** e comecem sempre a servir-se dellas para seus filhos na idade de quatro mezes. (grifado no original)*

Mais um ano se passa, e em março de 1884 encontramos o artigo “Mortalidade das Crianças”. Desta vez, o periódico se posiciona radicalmente contra a mamadeira:

Chamo muito especialmente atenção das mãis para este facto: a amamentação por meio da mamadeira augmenta muito as probabilidades já tão numerosas de morte, na infância e, efetivamente, esse gênero de alimentação occasiona, mais que nenhum outro, as moléstias do estômago e dos intestinos, affecções de que succumbem muitas creanças.

Para as creanças criadas no seio a mortalidade é de 10 para 100 no primeiro ano; é de 29 por 100 para as dadas a criar fora; é de 30 por 100 para as criadas com mamadeiras; e finalmente as estatísticas officiaes indicam que é de 55 por 100 para os enjeitados. (A Mãe de Família, março, 1884)

Pode-se perceber que os médicos deixaram uma única opção segura para a mãe: amamentar seu próprio filho. Enquanto todos eram unânimes a respeito da contra-indicação da ama-de-leite, a mamadeira que um medico prescrevia era atirada pela janela por seu colega. Se o primeiro artigo lhe era favorável, desde que tomadas certas precauções, o segundo é francamente a favor e o terceiro terminantemente contra. E todos faziam parte do mesmo periódico. Se levarmos em consideração as condições higiênicas do Rio de Janeiro no fim do século passado e a temperatura que a cidade atinge em certas épocas do ano, poderemos considerar ter sido realmente provável a freqüência de infecção intestinal apontada no terceiro artigo.

O fundamental, entretanto, é verificar que não havia a possibilidade de uma opção socialmente aceitável que não fosse a do aleitamento materno. Mãe e filho se pertenciam e entre eles não se deveriam interpor regras ignorantes ou objetos suspeitos. Obviamente, o movimento higienista não defendia essa exclusividade da díade mãe-filho apenas no período de aleitamento, estendendo-a por toda a primeira infância. Mesmo dispensando a ama-de-leite, e cuidando pessoalmente de seus filhos pequenos, a mulher das classes abastadas necessitava do trabalho da escrava ou da ex-escrava para os demais serviços domésticos. Quando, a partir de 1871, a Roda começa a ser menos utilizada, surge um novo problema: o de fazer dos filhos das escravas e das criadas, a fim de liberá-las para o serviço doméstico?

O SURGIMENTO DO DISCURSO SOBRE A CRECHE NO BRASIL

Em janeiro de 1879, o já citado periódico *A Mãe de Família* inicia uma série de cinco artigos sobre a creche, escritos pelo Dr. K. Vinelli, médico dos expostos, começando por defini-la:

A creche é um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta e trabalham fora de seu domicílio. (A Mãe de Família, jan.1879, p. 3, grifo meu)

O termo “creche” é tomado emprestado da língua francesa, onde também designa presépio. Na realidade, não foram apenas as palavras *crèche* ou *salle d’asile* que a França forneceu ao Brasil, mas toda a idéia de finalidade e funcionamento destas instituições.

A implantação de creches na França é atribuída a Marbeau, nascendo a primeira em 14 de novembro de 1844 (em 1801 a Marquesa de Pastoret havia fundado uma creche com 12 berços, que teve porém curta duração). Na vigésima sessão pública da Sociedade de Creche em Paris, em 13 de maio de 1877, o imperador e a imperatriz do Brasil estavam presentes. No artigo primeiro do *Statut des Crèches* temos sua definição, de onde foi tirada a versão brasileira:

Uma sociedade beneficente é estabelecida entre as pessoas caridosas que desejam concorrer a fundar uma creche para crianças pobres de menos de dois anos, cujas mães trabalham fora do seu domicilio e tenham uma boa conduta (5).

Originadas do movimento filantrópico, as creches, as salas de asilo e escolas primárias (6) têm como objetivo primeiro atender às classes populares. Metz coloca isso claro no prefácio de seu livro:

(5) *Une société de bienfaisance est établie entre les personnes charitables que voudraient bien concourir à fonder une crèche pour les enfants pauvres âgés de moins de deux ans, dont les mères travaillent hors de leur domicile et ont une bonne conduite. Metz, 1879, p. 19, grifo meu).*

(6) *As creches se destinavam a crianças de 0 a 2 anos. As salas de asilo, a crianças de 2 a 7, e as escolas primárias atendiam à faixa etária de 7 a 10 anos.*

A instrução popular é neste momento a maior preocupação de todos os governos fortes. Enquanto o povo só gozava de uma liberdade relativa, a nobreza provia todas as suas necessidades. Não havia motivo de se preocupar com o amanhã. Sua existência e a de sua família estavam asseguradas. O povo, ignorante de tudo e não sabendo como se servir desta arma terrível, a liberdade, entregou-se aos maiores excessos, cometeu os maiores crimes, e não parou até que um governo forte e poderoso colocou uma barreira a sua fúria (...) O governo compreendeu que, para fazer do dever um culto, era necessário que a educação primária fosse iniciada no berço, (7 e 8).

E com berços começaram as creches...

A segunda finalidade da creche é nitidamente liberar a mão-de-obra feminina e melhorar o rendimento da masculina.

O regime de creches, ao melhorar a constituição da criança, lhe deu noites longas e agradáveis e permitiu ao operário pai de família, fatigado de um trabalho penoso, ter o descanso de que tanto necessita para retomar seu trabalho cotidiano (9).

Para tal, a creche funcionava de 5:30h às 20:30h, fechando apenas aos domingos e nos dias de festas, o que nos dá uma idéia de extensão da jornada de trabalho na época. O *Règlement des Crèches* determina que a mãe pode amamentar duas vezes ao dia, sendo o restante da alimentação ministrada por mamadeira. A cada ama eram designadas cinco ou seis crianças e o artigo 8 reza que *“Il sera défendu aux berceuses de laisser des personnes étrangères s’installer dans la crèche”*(10) (Mets, 1870, p. 23).

Também no Brasil a creche teve por finalidade liberar a mão-de-obra da mãe pobre; no caso, o da escrava ou ex-escrava. O artigo da *A Mãe de Família*, entretanto, não faz referência à figura paterna:

(7) *Le regime des crèches en améliorant la constitution de l’ouvrier lui a donné des nuits longues et paisibles et a permis à l’ouvrier père de famille, fatigué d’une pénible labeur, de goûter un repos dont il a si grand besoin pour reprendre son travail quotidien.* (Metz, 1870, p.6)

(8) *L’instruction populaire est en ce moment la plus grande préoccupation de tous les gouvernements forts. Tant que le peuple ne jouissait que d’une liberté relative, la noblesse subvenait à tous ses besoins. Il n’avait point à se préoccuper du lendemain. Son existence et celle de sa famille étaient assurées (...) Le peuple ignorant toutes choses et ne sachant comment se servir de cette arme terrible, la liberté, se livra aux plus grands excès, commit les plus grands crimes, et ne s’arrêta que lorsqu’un gouvernement comprit que pour faire du devoir un culte, il fallait que l’éducation première fût commencée dès le berceau* (Metz.,1870, p. 1-2).

(9) *Le regime des crèches en améliorant la constitution de l’enfant lui a donné des nuits longues et paisibles et a permis à l’ouvrier père de famille, fatigué d’une pénible labeur, de goûter un repos dont il a si grand besoin pour reprendre son travail quotidien.* (Metz, 1870, p.6)

(10) “É proibido às crecheiras deixar pessoas estranhas se instalarem na creche”.

No Brasil ainda não existe a creche; entretanto, sua necessidade me parece palpitante, sobretudo, nas actuais condições em que se acha o nosso paiz depois da moralizadora e humanitária lei de 28 de setembro de 1871, em virtude da qual nelle não nasce mais um escravo. Agora que, graças a iniciativa do governo e também, dos particulares em não pequena escala, com a emancipação da escravatura vae desaparecendo o vergonhoso estigma impresso na face do Brasil, estigma que a civilização repelle e abomina, um grande numero de mulheres que quando escravas trabalhavam para seus senhores que por sua vez eram obrigados a lhes dar alimentação, domicilio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus filhos, ganhando liberdade, vêem-se não poucas vezes abandonadas com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar os meios da própria subsistência e da dos filhos e, em muitos casos, sem poderem conseguil-o por que a isso as impedem como obstáculo insuperável os filhos pequenos, que ellas não tem a quem confiar e cuja tenra idade não lhes permite mandal-os para a escola. Não há senhora alguma dona de casa, que ignore a extrema dificuldade senão impossibilidade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz consigo um filho a quem amamenta (9). (A Mãe de Família, jan. 1879)

Com a criação da creche:

A mãe já não encontra dificuldade em empregar-se e pode então tranqüila dedicar-se ao trabalho que lhe há de trazer os meios de manter-se. (A Mãe de Família, jan. 1879)

O autor rebate as críticas que se poderiam levantar à creche. Quanto ao prejuízo de saúde da criança pelo transporte diário, bastaria agasalhá-la bem. A principal crítica, entretanto, referia-se ao afastamento entre a criança e a mãe. O Dr. Vinelli argumenta, porém, que a creche seria só para as mães que de qualquer forma não poderiam cuidar de seus filhos. As demais não os mandariam à creche:

Porque para ella não foi felizmente creado esse estabelecimento (...) É a necessidade que se impõe, que obrigada a mãe a essa separação temporária e diante da necessidade tudo se inclina. A creche foi feita exclusivamente para aquellas mães que não podem conservar junto de si os filhinhos pela necessidade que têm de ganharem pelo trabalho o pão cotidiano.

(...) A creche é pois um meio de conciliar os santos deveres da maternidade com as exigências do trabalho. (A Mãe de Família, jan. 1879)

Termina propondo que a Irmandade da Misericórdia, além de cuidar dos expostos, ajude também as

(...) mães pobres e honestas a criarem seus filhinhos, promettendo-lhes assim conseguirem o alimento de cada dia, santificado pelo suor do trabalho (A Mãe de Família, mar. 1879)

O médico dos expostos, portanto, inspirado na solução francesa, propõe de forma bastante inovadora para a época a introdução da creche para atender à mesma população alvo da Roda: os filhos de escravas ou ex-escravas destinados ao abandono em decorrência do trabalho materno. Essa solução, porém, perfeita para essa população, o era apenas diante da inevitabilidade do trabalho materno. Para as crianças bem-nascidas, valia a regra de ouro: serem amamentadas e cuidadas por sua própria mãe, a quem a sociedade fechava as possibilidades de estudo e trabalho. A imprescindibilidade da função materna era um dos argumentos usados para justificar o afastamento feminino do mundo do trabalho. A questão do conflito, portanto, fruto da possibilidade de opção, inexistia. As regras estavam socialmente bem definidas: às mulheres das classes abastadas, destinava-se a maternidade. Às pobres, o trabalho. A mentalidade dominante a respeito da função eminentemente materna da mulher, entretanto, provavelmente deixava na mulher que precisava trabalhar um profundo sentimento de culpa e de impotência. Deveria dedicar à criança todos os momentos que não fossem consumidos no trabalho (para tal, a creche abria somente nos dias úteis e durante as horas de trabalho) e teria sua conduta sempre na mira da filantropia (afinal, a creche é um “estabelecimento de beneficência” destinado apenas às mães de “boa conduta”).

Se o objetivo de “fazer do dever um culto” era comum à creche, à sala de asilo e à escola primária, no caso da creche esse objetivo poderia ser pretendido apenas em relação à mãe, já que a faixa etária da criança (0 a 2 anos) o tornava impossível. O mesmo não ocorria nas salas de asilo, onde a idade das crianças já permitia uma ação disciplinadora.

É interessante notar o paralelismo do discurso francês e do brasileiro no tocante às razões da necessidade da creche.

Na França,

(...) enquanto o povo só gozava (no Antigo Regime) de uma liberdade relativa, a nobreza provia todas as suas necessidades. Não havia motivo de se preocupar com o amanhã (11);

enquanto, no Brasil,

(...) escravas trabalhavam para seus senhores, que por sua vez eram obrigados a lhe dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar de sua saúde e da de seus filhos.

(11) O censo de 1872 acusa que, do total de mulheres que trabalham, 33% dedicavam-se ao serviço doméstico.

Ao que parece, franceses e brasileiros foram expulsos do paraíso pela serpente da liberdade. A idéia das creches e salas de asilo foi então formulada para que “o povo, ignorante de tudo e não sabendo como se servir dessa arma terrível que é a liberdade”, pudesse ser bem orientado. A diferença é que, se atualmente a França já alcançou seu intuito, o Brasil ainda não deu os primeiros passos.

Ao contrário das creches, as salas de asilo francesas não aceitavam apenas as crianças cujas mães trabalhassem. O objetivo da normalização do comportamento infantil sobrepunha os interesses com a liberação da mão-de-obra materna. No artigo 11 do *Décret d'Organization des Salles d'Asiles* temos que:

As salas de asilo públicas são abertas gratuitamente a todas as crianças cujas famílias não podem pagar a contribuição mensal (12).

Seu usuário preferencial, porém, será o filho do proletário:

É necessário, sobretudo, para lá atrair o filho do proletário (...) aumentar o número dos trabalhadores vigorosos, diminuir o dos seres inúteis e perigosos, elevar, numa palavra, o pária a categoria de cidadão (13).

Para alcançar esse objetivo, as salas de asilo seguiam um regime de funcionamento militar.

Os diferentes exercícios do dia começam, como se segue:

Formem vossos círculos! – Monitore, mãos na tábua de leitura – Levantem-na! – Apoie-na no ombro esquerdo! Após a haver levantado, eles a colocam no ombro esquerdo e ficam nesta atitude até o comando de: **Comecem a leitura!** *Imediatamente cada monitor vira a tábua de leitura, mostra a letra e a faz nomear por cada criança de seu círculo (14).*

As crianças participavam dos mesmo exercícios intelectuais e físicos, independentemente de sua faixa etária.

(11) *Tant que le peuple ne jouissait (dans l'Ancien Régime) que d'une liberté relative, la noblesse subvenait à tous ses besoins. Il n'avait point à se préoccuper du lendemain* (Metz, 1870, p. 1).

(12) *Les salles d'asile publiques sont ouvertes gratuitement à tous les enfants dont les familles sont reconnues hors d'état de payer la rétribution mensuelle* (Metz, 1870, p. 40).

(13) *Il faut surtout y appeler l'enfant du prolétaire (...) augmenter les nombres des travailleurs vigoureux, diminuer celui dos êtres inutiles et dangereux, élever, en un mot, le paria au rang de citoyen* (Metz, 1870, p. 21).

(14) *Les différents exercices de la journée commencent ainsi qu'il suit: Formez vos cercles! – Moniteurs, mains à la touche! – Decrochez-la! – Portez-la à l'épaule gauche! Et restent dans cette attitude jusqu'au commandement de: Commencez la*

lecture! Aussitôt chaque moniteur retourne la touche, montre la lettre et la fait nommer par chaque enfant de son cercle (Metz, 1870, p. 74-5, grifado no original)

No Brasil, a defesa da sala de asilo vincula-se tanto à sua ação disciplinar quanto à necessidade do trabalho feminino. Assim Cony a define, na época do Segundo Império:

A sala de asylo recebe o filho do pobre durante o dia de trabalho de sua mãe. Ahi é guardado com desvelo, vigiado e instruído com discernimento...Um digno ministro do Evangelho, o abade Tribault, diz: "A sala de asylo não tem somente um fim moral e religioso, senão também eminentemente social; preservando os meninos de todos os perigos a que os expõe o abandono, impede que se tornem elles um dia prejudiciaes à sociedade que não os soube educar". (Cony, s.d., p. 6-7)

A questão do ensino, diz o orador, não é somente um direito da infância; não é somente uma questão de humanidade, pode ainda considerar-se o principal e o mais seguro meio de defesa social.

*Realmente, segundo a phrase de um illustre pedagogo americano, se ante um grande número de menores abandonados à ociosidade e aos vícios não desperta interesse essa pergunta: **o que faremos, delles?** Com certeza excitará algum esta outra: **o que farão elles de nós?*** (Cony, s.d., p. 15-6, grifado no original).

Pergunta sem dúvida um tanto incômoda por sua contemporaneidade.

Os argumentos de Cony são um bom exemplo da passagem da caridade à filantropia.

O trabalho é a condição da existência do pobre; se este é forçado a suspender seus penosos esforços, uma horrível perspectiva se lhe apresenta; a nudez, a miséria, o desespero o assaltam e o opprimem; é preciso morrer ou receber socorros sempre insuficientes da caridade pública.

Milhares de famílias estão nesse caso; e é constantemente (excepto quando a doença vem destruir o único recurso) por causa dos filhos de quem será obrigada a cuidar, que a pobre mãe sacrifica o valor do dia de trabalho, que talvez bastasse para facilitar algum commodo em sua humilde habitação.

Tomai a essa pobre mãe seus filhos, guardai-os durante o dia, de modo que ella empregue com coragem as forças que Deus lhe concede, que ao ganho do seu marido junte o seu, e eis a família poderosamente socorrida. (Cony, s.d., p. 7)

Como já observou Donzelot (1980), "ninguém melhor do que a criança para fazer penetrar no seio da família, pois que ela repete com simplicidade aos pais o que aprende. Quem poderia calcular a influência desse ensino diário sobre espíritos cercados das trevas da ignorância?" (Cony, s.d., p. 9).

“(…) Que sentimentos de moral e de virtude querem que os homens embrutecidos pela miséria ou pela ignorância inspirem a seus filhos? Quanto à instrução recebida no seio da família, é absolutamente nula ou perigosa”. (Cony, s.d., p. 13)

Na realidade, essa função ideológica da educação remonta à primeira iniciativa de ensino pré-escolar conhecida. Em 1770, um vale de cadeia dos Vosges, na França, era habitado por cerca de 80 famílias. Uma população quase selvagem, que não falava nem o francês nem o alemão. O pastor João Frederico Oberlin fez-se mestre-escola e começou a ensinar crianças pequenas, conseguindo desta forma converter a comunidade à civilização.

Também no Brasil, os primórdios da educação da primeira infância atendiam a interesses específicos. É o que podemos notar no trecho do *Livro do Centenário 1500-1900* do padre Júlio Maria, citado por Moncorvo Filho (1927, p. 27):

Com que tacto elles começaram a sua grande obra pela catechése da infância!

(…) Que delicadeza no trato do menino! Que habilidade em attrahir os homens e as mulheres, que atraz dos filhos, vinham cantar em côro e assistir à missa, e, seduzidos pelas harmonias da musica e pelos esplendores da solenidade e pompas do culto, deixavam de vez as florestas, e vinham formar povoações e aldeias! Nestas, o missionário conseguiu transformar em carpinteiros, serralheiros, ferreiros, pedreiros, ourives, pintores, esculptores, em fabricantes de órgãos, de flautas, harpas, guitarras, homens ainda há pouco entregues aos costumes mais ferozes e sanguinários, conseguiam que as mulheres vivessem occupadas em mistéres domésticos, e fossem auxiliares de seus maridos no trabalho, que as crianças freqüentassem as escolas, e, conforme a vocação manifestada, fossem destinadas a uma educação literária.

Fugindo a este contexto, encontramos um autor francês que também exerceu influência no Brasil e que constitui uma exceção às idéias dominantes. Em 1827, M. Cochin inaugurou a primeira sala de asilo modelo em Paris. Algum tempo depois, publicou um completo manual sobre educação pré-escolar, onde a defende tanto para pobres quanto para ricos e utiliza o método pedagógico para a mulher, que não precisaria nem ser pobre nem trabalhar para enviar o filho à sala de asilo, e também para a criança, pois defende um método pedagógico flexível e não um sistema militar ou um depósito de crianças. Nele, crianças ricas e pobres e de ambos os sexos aprenderam lado a lado (Cochin, 1857).

Enquanto os jardins-de-infância já eram numerosos na maioria dos países da Europa e na América do Norte, no Brasil, em 1880, tem-se conhecimento de apenas dois. Consta que nessa época a Sra. Menezes Vieira dirigia, no Rio de Janeiro, uma pré-escola anexa ao colégio do seu marido, utilizando o método de

Froebel (A Mãe de Família, fev. 1882). Também em São Paulo, em 1877, seguindo a orientação de educadores europeus como Pestalozzi e Froebel, foram criadas classes de pré-escola na escola Americana, atual Instituto Mackenzie (Oliveira e Ferreira, 1986). Em ambos os casos, a população alvo era constituída pelos filhos das famílias abastadas. São, portanto, as primeiras iniciativas onde a culpa e o controle não são as características marcantes do atendimento pré-escolar.

Inspirado no livro de Cochin, Domignos J. B. de Almeida realiza uma conferência na Escola da Glória (SP) em 1880, intitulada "A Educação e os Jardins-de-Infância". Faz referência ao decreto de 19 de abril de 1879, art. 5, de Leôncio de Carvalho, que estabelece que se fundem jardins de crianças em todos os distritos do município neutro. Defende, diante da "Augusta Presença de Sua Majestade e numeroso e ilustrado auditório (A Mãe de Família, fev. 1882), a criação de salas de asilo tanto para pobres quanto para ricos e independentemente do trabalho externo da mãe.

N'essas 10 horas (de 8h às 18h) podem as mãis entregar-se tranqüila e amiudamente aos seus affazeres caseiros, isto é, cozinhar, lavar, engommar, fazer e concertar as roupas delles. (A Mãe de Família, maio 1882, p. 67)

O conferencista termina propondo às senhoras que fundem uma associação para criação de jardins de crianças que utilizem o método intuitivo de Froebel.

Falla-se muito actualmente na emancipação da mulher, é pois azada a ocasião, emancipai-vos minhas senhoras (não para votantes de eleições) fundando jardins de crianças. (A Mãe de Família, junho 1882, p. 95)

O preenchimento do tempo feminino se limita aos afazeres domésticos e a emancipação proposta é ainda bastante limitada. A cautela masculina afastará a mulher das urnas até 1934. Este é, porém, um dos poucos momentos em todo o período pré-republicano em que o discurso sobre a educação da primeira infância não está diretamente ligado à reprovação da mãe que não cuida de seu filho de forma exclusiva e utiliza a pré-escola, ou a uma ação controladora sobre as classes populares.

No Brasil Colônia, a criança e a maternidade tinham pouca importância. A mulher branca entregava, sem maiores conflitos, seus filhos às amas. A escrava incorporava o filho ao trabalho cotidiano ou colocava-o na Roda, por opção ou coação.

Em qualquer desses casos, a mortalidade infantil, apesar de numerosa, não era vivida pelas mães com muito sofrimento. Tampouco a função materna possuía destaque especial.

A partir da Independência, mas sobretudo no Segundo Império, essa situação começa a se modificar. A filantropia, tal como descrita por Donzelot (1980), se coloca a serviço do Estado para melhor conduzir o corpo social. Seus representantes, os métodos higienistas, começam uma cruzada de valorização da função materna, que desembocará na aliança estabelecida com a mulher burguesa.

A amamentação ganha especial destaque e as amas-de-leite são reprovadas. Muitos artigos apavoram as mães para o perigo das amas e denunciam aquelas que, fugindo a sua função “natural”, insistem em não se ocupar pessoalmente dos filhos. A classe dominante reconhece que esse procedimento deveria ser também seguido pelas escravas, já que o “instinto materno” estava presente até nos irracionais. O custo operacional dessa idéia, porém, elimina sua execução prática. Como uma pequena compensação, os higienistas começam a defender a criação de creches. Vista pelos defensores da função materna como uma instituição altamente suspeita, ela era entretanto um “mal menor”, já que nenhum senhor tinha a intenção de ter escravas que se dedicassem exclusivamente à criação dos filhos, como os higienistas pregavam.

A creche poderia também fornecer à classe dominante um ganho secundário. Além de liberar a mão-de-obra feminina e garantir a sobrevivência das crianças da classe trabalhadora, ela podia ser um lugar privilegiado de controle sobre essa classe. As creches e salas de asilo, portanto, com raras exceções, assumirão o caráter controlador que a filantropia delegou à escola.

No período escravista, entretanto, apenas se fala da creche. Será na República que ela surgirá de fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADALBERTO da Prússia, Príncipe. *Brasil: Amazonas-Xingu...* Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

ARAÚJO, M. *Congrès International de la Protection de l'Enfance*. Paris: Imprimerie Nouvelle, 1883.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, L. A. C. *Do aleitamento natural artificial e misto e o mercenário particularmente em relação às condições em que se acha no Rio de Janeiro*. Tese – Fac. de Medicina. Rio de Janeiro, 1873,

BANDINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

COCHIN, A. C. X. *Manuel des salles d'asile*. 5 ed. Paris: Hachette, 1857.

CONY, A. C. X. *Memória sobre asylos infantis de estudo destas instituições*. Rio de Janeiro: Typographia da Escola de Serafim José Alves, s.d.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal: 1979.

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EP, 1978. 2v.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

EWBANK, T. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EP, 1976.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil...* São Paulo: Nacional, 1956.

LALLEMAND, L. *Historie des enfants abandonnés et délaissés*. Paris: Picard & Guillaumin, 1885.

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro...* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ES, 1975.

(A) **MÃI DE FAMÍLIA**. Rio de Janeiro:s.e., 1879-1884.

METZ, A. *Organization des crèches des salles d'asiles et des écoles primaires*: Paris, Imprimeur, 1870.

MONCORVO FILHO, A. *Histórico da proteção à infância no Brasil: 1500-1922*. Rio de Janeiro: Graphica Ed., 1926.

MOTT, M. L. B. "A criança escrava na literatura de viagens". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas (31): 57-68, dez. 1979.

NESTLÉ, H. *Memória sobre a nutrição das crianças de peito*. Rio de Janeiro: Typ. Esperança, 1875.

OLIVEIRA, Z. M. & FERREIRA, M. C. R. "Propostas para o atendimento em creches no Município de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa*: São Paulo, Fundação Carlos Chagas (56): 39-65, fev. 1986.

RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 7. ed. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1976.

SCHLICHTRST, C. *O Rio de Janeiro como é...* Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

- Nota da editoria dos Cadernos de Pesquisa:
Pelo menos três textos publicados nos últimos anos discutem a problemática tratada pela autora, em mesmo período ou em outros momentos da história do cuidado à criança pequena no Brasil: as dissertações de mestrado de Moysés Kuhlmann Jr. – em especial o capítulo 3, "Assistência à infância: educando o pobre para proteger o rico" - e de Livia M. F. Vieira que, no capítulo 4, discute a proposta de creches do Departamento Nacional da Criança como forma de combater a prática das criadeiras; e o artigo de Elizabeth de Magalhães e Sonia Giacomini, que analisa contradições e conflitos presentes na utilização das escravas amas-de-leite pela família branca:

KUHLMANN Jr., M. *Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922): exposições e congressos patrocinando a "assistência científica"*. São Paulo, 1990. Dissert. (mestr.) PUC-SP

MAGALHÃES, E. K. C. & GIACOMINI, S. M. "A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?" In: BARROSO, C. & Costa, A. O. (orgs.) *Mulher, mulheres*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez, 1983, p. 73-88.

VIEIRA, L. M. F. *Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo.* Belo Horizonte, 1986. Dissert. (mestr.) Fac. Educação/UFMG.